

# Audiência Pública

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

# 2018

2º QUADRIMESTRE

SECRETARIA DA  
FAZENDA

**BAHIA**  
GOVERNO DO ESTADO

**GOVERNADOR  
RUI COSTA**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA  
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**

**SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA  
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**

**CHEFE DE GABINETE  
ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS**

**SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA**

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E  
CONTROLE FINANCEIRO  
ROBERVAL LOPES LIMA**

**DIRETOR DO TESOURO  
ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR**

**DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO**

## Sumário

1. Introdução.....	04
2. Receita.....	04
3. Despesa.....	09
4. Resultado Orçamentário.....	10
5. Limite de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.....	11
6. Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	12
7. Despesa com Ações e Serviços de Saúde.....	13
8. Restos a Pagar .....	13
9. Resultado Primário.....	14
10. Dívida Pública.....	14
11. Conclusão.....	16
12. Glossário.....	16

## 1. Introdução

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no 2º quadrimestre 2018, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados em valores nominais, de forma resumida, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro ([www.siconfi.gov.br](http://www.siconfi.gov.br)) e no site da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia ([www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br)), no dia 30 de setembro de 2018, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

## 2. Receitas

### Balanco Orçamentário da Receita

Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Realização - Janeiro a Agosto			
		2018	Previsão Atualizada (%)	2017	Variação Nominal (%) 2018/2017
			Realizado		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>39.507.392</b>	<b>26.173.667</b>	<b>66,25</b>	<b>24.707.096</b>	<b>5,94</b>
Receita Tributária	23.180.173	15.484.973	66,80	14.395.983	7,56
Receita de Contribuições	2.528.969	1.724.830	68,20	1.609.346	7,18
Receita Patrimonial	537.184	244.639	45,54	455.602	-46,30
Receita Agropecuária	686	144	21,05	6	2.401,02
Receita Industrial	252	407	161	263	54,91
Receita de Serviços	197.144	77.559	39,34	80.170	-3,26
Transferências Correntes	11.948.744	8.205.039	68,67	7.700.925	6,55
Outras Receitas Correntes	1.114.240	436.074	39,14	464.802	-6,18
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.915.965</b>	<b>696.047</b>	<b>23,87</b>	<b>1.062.123</b>	<b>-34,47</b>
Operações de Crédito	1.444.170	291.916	20,21	425.642	-31,42
Alienação de Bens	33.123	25.564	77,18	13.910	83,78
Amortização de Empréstimos	117.581	41.118	34,97	25.825	59,22
Transferências de Capital	1.321.091	337.448	25,54	596.746	-43,45
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
<b>Receitas Intra-Orçamentárias</b>	<b>2.922.094</b>	<b>1.909.313</b>	<b>65,34</b>	<b>3.243.233</b>	<b>-41,13</b>
<b>Total das Receitas (I)</b>	<b>45.345.452</b>	<b>28.779.026</b>	<b>63,47</b>	<b>29.012.452</b>	<b>-0,80</b>
Superávit Financ. Exerc. Anteriores (II)	2.568.038	-	-	-	-
<b>Receitas (III = I+II)</b>	<b>47.913.490</b>	<b>28.779.026</b>	<b>60,06</b>	-	-

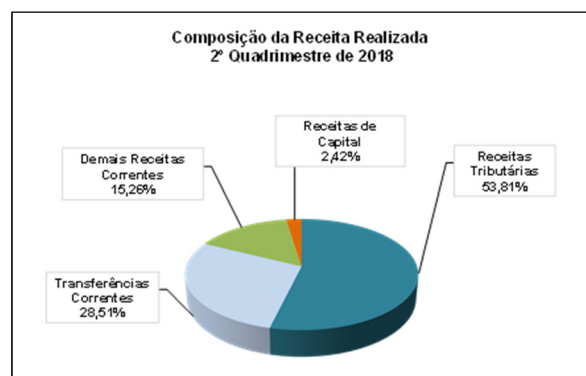
Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: Nas contas de receitas já estão abatidas as contas de deduções de receitas.

As Receitas estaduais realizadas, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 28,78 bilhões, apresentando uma variação negativa de 0,80% em relação ao

realizado em igual período de 2017. Da previsão anual atualizada das Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 63,47%.

Das receitas realizadas, destacaram-se as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com participações de 53,81% e 28,51%, respectivamente, do total arrecadado no período.



## 2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes são realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes. Nesta categoria encontram-se as receitas mais expressivas no âmbito estadual, tais como as oriundas dos tributos de competência do Estado e também as transferências da União (constitucionais, legais e outras).

As receitas correntes somaram R\$ 26,17 bilhões, respondendo por 90,95% das receitas totais realizadas. Foram realizados 66,25% das receitas correntes anuais previstas e atualizadas, com uma variação positiva de 5,94% em relação a 2017.

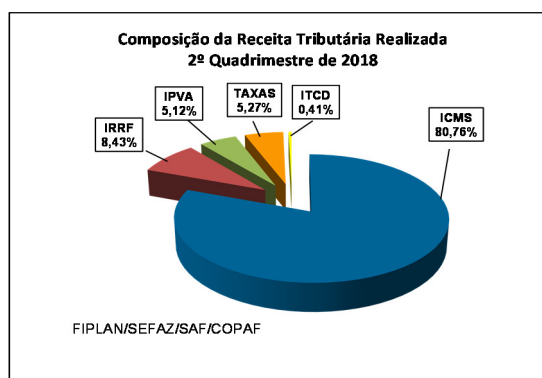
### 2.1.1 - Receitas Tributárias

#### Receita Tributária

Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Realizado - Janeiro a Agosto			
		2018	Previsão Atualizada (%) Realizado	2017	Variação Nominal (%) 2018/2017
ICMS	18.674.449	12.506.388	66,97	11.639.006	7,45
IRRF	1.992.474	1.306.112	65,55	1.182.768	10,43
IPVA	1.115.083	793.207	71,13	729.731	8,70
ITCD	88.800	62.824	70,75	58.801	6,84
Taxas	1.309.367	816.442	62,35	785.677	3,92
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>23.180.173</b>	<b>15.484.973</b>	<b>66,80</b>	<b>14.395.983</b>	<b>7,56</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

O montante das receitas tributárias, no valor de R\$ 15,48 bilhões, apresentou um incremento de 7,56%. Do valor previsto atualizado para o ano de 2018, verificou-se uma realização de 66,80%.



A maior fonte de receita do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 80,76% no total de Receitas Tributárias realizadas. As demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 19,24%.

ICMS - O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, realizou o total de R\$ 12,51 bilhões, contra R\$ 11,64 bilhões realizados no mesmo período de 2017, significando assim, um incremento de 7,45%. Foram realizados 66,97% da previsão anual atualizada.

IPVA - Os recursos oriundos do IPVA totalizaram R\$ 793,21 milhões, com um acréscimo de 8,70% se comparado ao realizado no mesmo quadrimestre do ano anterior. Foram realizados 71,13% do previsto atualizado para 2018.

TAXAS – As Taxas arrecadadas somaram o valor aproximado de R\$ 816,44 milhões, com um acréscimo de 3,92%, comparando-se com o mesmo período de 2017. Quanto ao valor orçado foram realizados 62,35% do total atualizado.

ITCD - A realização somou R\$ 62,82 milhões, apresentando um aumento de 6,84% em relação ao 2º quadrimestre de 2017. Do total orçado atualizado, foram realizados 70,75%.

IRRF – O valor contabilizado foi de R\$ 1,31 bilhões com uma variação positiva de 10,43% em relação ao mesmo período de 2017, tendo sido realizados 65,55% do valor previsto atualizado para 2018.

### **2.1.2 - Transferências Correntes**

As Transferências Correntes contribuíram com 31,35% das Receitas Correntes realizadas, apresentando um acréscimo de 6,55% em relação ao exercício anterior. Com relação ao previsto atualizado, foram realizadas 68,67% das Transferências Correntes. Merece destaque em termos de participação no total das Transferências Correntes, a realização das Transferências da União – FPE, do retorno FUNDEB e do repasse SUS, as quais participaram, no total, com percentuais de 55,76%, 25,56% e 12,20%, respectivamente.

## Transferências Correntes

Em Mil Reais					
Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Realizado - Janeiro a Agosto			
		2018	Previsão Atualizada (%) Realizado	2017	Varição Nominal (%) 2018/2017
FPE - Fundo de Participação dos Estados	6.706.400	4.574.953	68,22	4.270.221	7,14
IPI Exportação	191.370	134.377	70,22	125.895	6,74
SUS - Recursos do Sistema Único de Saúde	1.389.097	1.001.383	72,09	915.528	9,38
Salário Educação	118.000	73.432	62,23	73.878	-0,60
Compensação Financeira - Royalties	99.515	67.145	67,47	59.333	13,17
FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvol. e Educação	88.660	29.986	33,82	63.125	-52,50
LEI KANDIR - Transf. Financ. do ICMS - LC 87/96	43.485	28.395	65,30	28.990	-2,05
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	121.270	75.895	62,58	82.690	-8,22
Auxílio Exportação - Aux.Financ.Estados Exportadores	103.000	-	0,00	-	0,00
Outras Transferências da União	36.127	30.574	84,63	10.201	199,72
Transferências do FUNDEB	2.928.436	2.097.042	71,61	1.937.484	8,24
Transferências de Convênios	123.384	91.858	74,45	133.580	-31,23
<b>Total das Transferências Correntes</b>	<b>11.948.744</b>	<b>8.205.039</b>	<b>68,67</b>	<b>7.700.925</b>	<b>6,55</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

FPE - O repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 4,57 bilhões, com um acréscimo de 7,14%, na comparação com o mesmo período em 2017. Foram realizados 68,22% do valor previsto atualizado para 2018.

FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante da ordem de R\$ 2,10 bilhões contra R\$ 1,94 bilhão no mesmo período do ano anterior, ou seja, um acréscimo de 8,24%. Houve uma realização de 71,61% do valor previsto atualizado.

SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram R\$ 1,00 bilhão, um aumento de 9,38%, comparado ao realizado no mesmo período em 2017. Houve uma realização de 72,09% em relação ao valor previsto atualizado.

IPI - Os recursos oriundos do IPI Exportação realizados somaram R\$ 134,38 milhões, com uma variação positiva de 6,74% em relação ao mesmo período em 2017. Do valor previsto atualizado foram realizados 70,22%.

ROYALTIES - Os recursos de Royalties apresentaram um aumento de 13,17%, totalizando R\$ 67,15 milhões, enquanto que o Salário Educação registrou um total de R\$ 73,43 milhões, com uma redução de 0,60%, comparados com o mesmo período de 2017.

TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - apresentaram uma variação negativa de 31,23%, tendo sido realizados 74,45% dos recursos previstos no orçamento atualizado para 2018, totalizando R\$ 91,86 milhões.

CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - Os recursos provenientes desta receita totalizaram R\$ 75,90 milhões, com uma queda de 8,22% em relação ao mesmo período de 2017.

FNDE – Os recursos realizados desta rubrica atingiram o montante de R\$ 29,99 milhões, representando uma variação negativa de 52,50%. Foram realizados 33,82% do valor orçado atualizado para o ano de 2018.

LEI KANDIR – Foram executados R\$ 28,40 milhões, com uma diminuição de 2,05%, em relação ao mesmo período de 2017.

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - Em relação às Outras transferências da União, que somaram R\$ 30,57 milhões, verificou-se um acréscimo de 199,72%, decorrente principalmente das Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais no valor de R\$ 15,21 milhões, e das Transferências de Recursos da União para o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia - FUNPEN/BA no valor de R\$ 10,26 milhões em 2018.

## 2.2 - Receitas de Capital

### Receita de Capital

Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Realizado - Janeiro a Agosto				Em Mil Reais
		2018	Previsão Atual (%)	2017	Variação Nominal (%)	
			Realizado			2018/2017
Operações de Crédito	1.444.170	291.916	20,21	425.642	-31,42	
Operações de Crédito Internas	555.707	40.783	7,34	211.465	-80,71	
Operações de Crédito Externas	888.463	251.133	28,27	214.177	17,26	
Alienação de Bens	33.123	25.564	77,18	13.910	83,78	
Amortização de Empréstimos	117.581	41.118	34,97	25.825	59,22	
Transferências de Capital	1.321.091	337.448	25,54	596.746	-43,45	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>2.915.965</b>	<b>696.047</b>	<b>23,87</b>	<b>1.062.123</b>	<b>-34,47</b>	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.



As Receitas de Capital totalizaram R\$ 696,05 milhões contra R\$ 1,06 bilhões realizados no mesmo período em 2017, apresentando um decréscimo de 34,47%. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 23,87% nessa rubrica.

Observa-se que as Operações de Crédito totalizaram R\$ 291,92 milhões, com um decréscimo de 31,42% em relação ao mesmo período de 2017. Foram realizados 20,21% do previsto atualizado para este item.

A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 41,12 milhões. Em relação ao 2º quadrimestre de 2017, este item apresentou um acréscimo de 59,22%, realizando 34,97% do valor orçado atualizado.

As alienações de bens totalizaram 25,56 milhões, representando uma variação positiva de 83,78% em relação ao mesmo período de 2017, tendo realizado 77,18% do previsto atualizado para 2018.

As Transferências de Capital totalizaram R\$ 337,45 milhões, relativos às Transferências de Convênios, as quais foram realizadas apenas 25,54% do montante previsto atualizado. Verificou-se um decréscimo de 43,45% em relação ao mesmo período de 2017.

### 3. DESPESAS

As despesas executadas totalizaram R\$ 28,63 bilhões, correspondentes a 59,75% do valor previsto atualizado. Registrou-se um acréscimo de 1,49%, comparando-se com o mesmo período de 2017.

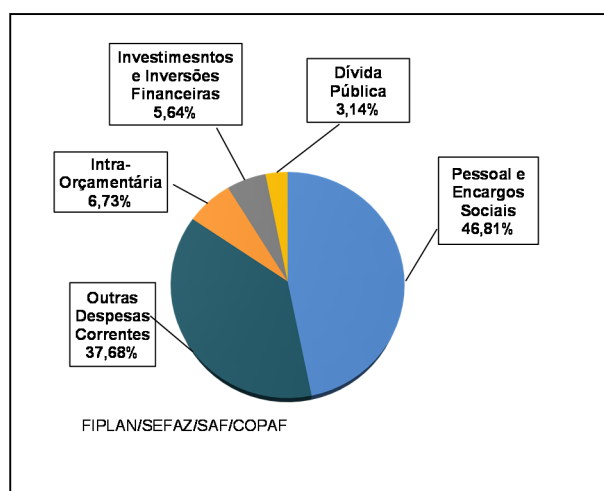
#### Balanco Orçamentário da Despesa

Em Mil Reais					
Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Executada - Janeiro a Agosto			
		2018	Previsão Atual (%) Realizado	2017	Varição Nominal (%) 2018/2017
<b>Despesas Correntes</b>	<b>38.207.177</b>	<b>24.604.414</b>	<b>64,40</b>	<b>22.854.003</b>	<b>7,66</b>
Pessoal e Encargos Sociais	20.354.856	13.401.547	65,84	12.608.285	6,29
Juros e Encargos da Dívida	634.437	413.678	65,20	286.028	44,63
Outras Despesas Correntes	17.217.884	10.789.188	62,66	9.959.691	8,33
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6.464.658</b>	<b>2.100.396</b>	<b>32,49</b>	<b>2.048.449</b>	<b>2,54</b>
Investimentos	5.100.800	1.292.417	25,34	1.481.883	-12,79
Inversões Financeiras	634.928	321.377	50,62	98.005	227,92
Amortização da Dívida	728.929	486.603	66,76	468.562	3,85
Reserva de Contingência	<b>35.000</b>	-	-	-	-
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>3.206.655</b>	<b>1.925.878</b>	<b>60,06</b>	<b>3.307.287</b>	<b>-41,77</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>47.913.490</b>	<b>28.630.688</b>	<b>59,75</b>	<b>28.209.739</b>	<b>1,49</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1 LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

### 3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. Em 2018, as despesas correntes totalizaram R\$ 24,60 bilhões, representando uma realização de 64,40% do valor previsto atualizado para o ano e uma elevação de 7,66% na comparação com o mesmo período de 2017.



Dentre as despesas Correntes, as mais representativas são as despesas com Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 13,40 bilhões, correspondendo a 46,81% do total geral das despesas. Verificou-se uma execução de 65,84% do total fixado e um acréscimo de 6,29%, em relação ao 2º quadrimestre de 2017.

As Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 10,79 bilhões, correspondentes a 37,68% do fixado atualizado para o ano.

Já os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 413,68 milhões, correspondendo a 65,20% da previsão anual atualizada e um aumento de 44,63% em relação ao mesmo período de 2017.

### 3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem dispêndios que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial. As Despesas de Capital totalizaram R\$ 2,10 bilhões com um aumento de 2,54%, se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 1,29 bilhões, seguindo-se a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 486,60 milhões, e Inversões Financeiras, com um total de R\$ 321,38 milhões.

## 4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no período, o Resultado Orçamentário apresentou Superávit Corrente de R\$ 1,55 bilhões, resultante de uma Receita Corrente total de R\$ 28,08 bilhões, para uma Despesa Corrente total de R\$ 26,53 bilhões.

## Resultado da Execução Orçamentária

Em Mil Reais

Especificação	Janeiro a Agosto		
	2018	2017	Variação Nominal (%) 2018/2017
Receitas Correntes	28.082.979	27.950.329	0,47
( - ) Despesas Correntes	26.530.292	26.161.290	1,41
<b>Superávit Corrente (I)</b>	<b>1.552.687</b>	<b>1.789.039</b>	<b>-13,21</b>
( + ) Receitas de Capital (II)	696.047	1.062.123	-34,47
( - ) Despesas de Capital (III)	2.100.396	2.048.449	2,54
<b>Déficit / Superávit Orçamentário (I + II - III)</b>	<b>148.338</b>	<b>802.713</b>	<b>-81,52</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: A apuração do Resultado Orçamentário Corrente inclui as receitas e despesas intra-orçamentárias.

Quando incluídas as receitas e despesas de capital, verificamos superávit primário de R\$ 148,34 milhões.

## 5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite máximo permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

### Despesa de Pessoal para fins de Limite da LRF 2º Quadrimestre de 2018

Detalhamento	Valor	Percentual em Relação a RCL	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
<b>Poder Executivo</b> <sup>1</sup>	<b>14.661.346</b>	<b>47,46</b>	<b>43,74</b>	<b>46,17</b>	<b>48,60</b>
<b>Poder Legislativo</b>	<b>919.593</b>	<b>2,98</b>	<b>3,06</b>	<b>3,23</b>	<b>3,40</b>
Assembléia Legislativa	548.358	1,77	1,68	1,78	1,87
Tribunal de Contas do Estado	221.039	0,72	0,81	0,86	0,90
Tribunal de Contas dos Municípios	150.195	0,49	0,57	0,60	0,63
<b>Poder Judiciário</b>	<b>1.734.898</b>	<b>5,62</b>	<b>5,40</b>	<b>5,70</b>	<b>6,00</b>
<b>Ministério Público</b>	<b>443.021</b>	<b>1,43</b>	<b>1,80</b>	<b>1,90</b>	<b>2,00</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>17.758.858</b>	<b>57,48</b>	<b>54,00</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>

RCL ajustada dos últimos 12 meses = R\$ 30.894.510 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 1, LRF, art. 55, inciso I, alínea "a").

Nota <sup>1</sup> : O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 46,97% da RCL Ajustada.

Nota <sup>2</sup> : Na RCL Ajustada são abatidas as Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)

Com referência ao limite de pessoal consolidado, o Estado da Bahia atingiu 57,48% da citada Receita, estando abaixo do limite Máximo.

## 6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino. Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Deve-se, portanto, comprovar o cumprimento deste limite no final do exercício.

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino totalizaram R\$ 4,34 bilhões, representando 23,74% da Receita Líquida de Impostos.

### Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	Em Mil Reais	
	Realizado - 2º Quadrimestre	
	2018	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	18.275.506	
Valor aplicado das Despesas Próprias com Educação	4.338.281	
<b>Percentual Aplicado em Educação</b>	<b>23,74%</b>	
<b>Limite Constitucional Anual! : 25%</b>		

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF (RREO - Anexo 8, LDB, art.72)

Nota 1: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 25% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício - CF/88

O valor destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB foi de R\$ 3,39 bilhões, tendo o Estado recebido de retorno o valor de R\$ 2,10 bilhões.

Demonstrativo - FUNDEB			Em Mil Reais
Exercício	Aporte	Retorno	Resultado Apurado
2010	-2.669.753	1.922.450	-747.303
2011	-3.046.723	2.201.822	-844.901
2012	-3.273.514	2.534.542	-738.972
2013	-3.755.493	2.541.022	-1.214.471
2014	-4.099.515	2.764.185	-1.335.329
2015	-4.333.579	2.818.380	-1.515.199
2016	-4.633.958	2.950.652	-1.683.306
2017	-4.811.624	3.012.364	-1.799.260
2018 até agosto	-3.393.878	2.100.961	-1.292.917

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

## 7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

### Receitas e Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos com Saúde

Descrição	Realizado - 2º Quadrimestre
	2018
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	18.275.506
Valor aplicado das Despesas Próprias em Saúde	2.199.209
<b>Percentual Aplicado em Saúde</b>	<b>12,03%</b>

**Limite Constitucional Anual: 12%**

Fonte:FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 12 , LC 141/2012, art.35).

Nota¹: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 12% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício,CF/88.

As despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 2,20 bilhões, correspondendo a 12,03% em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais.

## 8. RESTOS A PAGAR

Do total de Restos a Pagar Inscritos ao final do exercício de 2017, foram pagos R\$ 793,68 milhões, representando um percentual de 90,96% dos Inscritos, abatidos os Cancelados, e restando um saldo a pagar de R\$ 78,92 milhões.

### Restos a Pagar

Descrição	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos (c)	Variação (%) (c/(a-b))	Em Mil reais
					A Pagar
Poder Executivo	858.916	34.090	758.156	91,92	66.670
Poder Judiciário	30.727	601	23.466	77,89	6.660
Poder Legislativo	7.487	233	3.880	53,49	3.374
Ministério Público	5.537	133	5.344	98,89	60
Defensoria Pública	5.244	262	2.830	56,80	2.152
<b>Total</b>	<b>907.911</b>	<b>35.319</b>	<b>793.676</b>	<b>90,96</b>	<b>78.916</b>

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO, LRF - Anexo 7, art.53, inciso V).

## 9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais. Não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos, de alienação de bens e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

### Resultado Primário

Detalhamento	Em Mil Reais	
	Realizado - Janeiro a Agosto	
	2018	2017
Receitas Primárias Correntes (I)	26.024.465	24.357.158
Receitas Primárias de Capital (II)	337.448	596.746
<b>Receita Primária Total (III) = (I+II)</b>	<b>26.361.913</b>	<b>24.953.905</b>
Despesas Primárias Correntes (IV)	24.518.826	22.314.698
Despesas Primárias de Capital (V)	1.622.259	1.618.187
<b>Despesa Primária Total (VI) = (IV+V)</b>	<b>26.141.085</b>	<b>23.932.886</b>
<b>Resultado Primário ( III - VI )</b>	<b>220.829</b>	<b>1.021.019</b>
<b>Meta do Resultado Primário LDO: R\$ (936.362) mil</b>		

Fonte : FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 6,LRF,art.53,inciso III).

O Resultado Primário foi de R\$ 220,83 milhões, evidenciando que o desempenho das receitas fiscais cobriu totalmente as despesas fiscais, sendo que a meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 936,36 milhões (negativo).

## 10. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 25,42 bilhões, sendo R\$ 10,76 bilhões originários da dívida interna, R\$ 10,06 bilhões da dívida externa e as outras dívidas totalizando R\$ 4,61 bilhões.

## Dívida Consolidada

Em Mil Reais			
Discriminação	2º quadrimestre 2018	Saldo do Exercício em 31/12/2017	Variação (%)
Interna	10.761.539	10.465.133	2,83
Externa	10.057.149	8.069.462	24,63
Outras <sup>1</sup>	4.606.519	4.143.131	11,18
<b>Total</b>	<b>25.425.207</b>	<b>22.677.726</b>	<b>12,12</b>

Fonte :FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

**Nota<sup>1</sup>:** Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 , Parágrafo 7º do Art.30 da LC 101/00.

## Divida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida

Em Mil Reais			
Descrição	DCL	RCL	DCL/RCL
2º Quad 2018	20.004.291	30.930.200	0,65

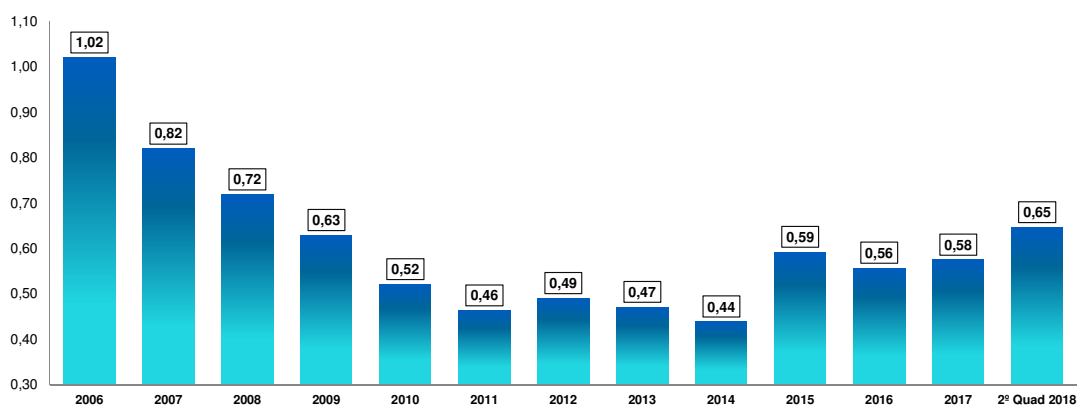
**Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x Receita Corrente Líquida**

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

A 8ª edição do MDF alterou o cálculo da DCL a partir do ano de 2017

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 0,65, relação bem inferior ao limite máximo fixado de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relação DCL sobre RCL



## 11. CONCLUSÃO

No período o Estado registrou superávit Primário no valor de R\$ 220,83 milhões, dentro da meta da LDO com um Déficit previsto de até R\$936,36 milhões para 2018. A Receita Total realizada no valor de R\$ 28,78 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 28,63 bilhões resultaram em superávit Orçamentário de R\$ 148,34 milhões. O Resultado Nominal demonstrou um aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 2,80 bilhões.

Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Os recursos aplicados em educação e saúde apresentam percentuais que indicam o cumprimento das metas no decorrer do ano de 2018.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Salvador, 30 de setembro de 2018.

*Observação: A Audiência Pública referente ao 2º quadrimestre de 2018, realizou-se no dia de 23 de outubro de 2018, decorrente de acordo no Legislativo.*

## GLOSSÁRIO

### Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

### Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

### Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades,



fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

#### Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, amortização da dívida.

#### Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção dos serviços públicos, construções de escolas, estradas e hospitais.

#### Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São, principalmente, as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

#### Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

#### Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

#### Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

#### Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

#### Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

#### Fiplan

O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - Fiplan é produto do trabalho conjunto das Secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Planejamento (Seplan), cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, contabilidade, execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração.

#### Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

#### Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

#### Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

#### Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

### Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

### Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

### Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

### Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

### Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

### Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

### Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

#### Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

#### Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

#### Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

#### Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

#### Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

#### Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF

<http://www.sefaz.ba.gov.br/>